



**ILAESE**

Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

[www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br)

# CONTRACORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 12, Nº 97 - Dezembro de 2022

## Balanço do Governo Jair Bolsonaro: Trabalho e renda

O governo de Jair Bolsonaro está nos últimos dias. Desde 2019, primeiro ano da atual gestão, o ILAESE produziu estudos sobre aspectos diversos da realidade brasileira, buscando compreender e traduzir para o movimento social o significado profundo do bolsonarismo.

O grupo político que governou o país nos últimos quatro anos deixa um legado nefasto para a classe trabalhadora e para o povo pobre. Este último Contracorrente de 2022 traz um balanço do período no que toca às relações de trabalho.

## Antes de começar, ponhamos as coisas em seu lugar

Ao contrário da maioria dos analistas, do reconhecimento do caráter e efeitos do bolsonarismo no poder, não deduzimos que o rebaixamento do nível de vida da classe trabalhadora começou em 2019.

Os fenômenos mais à superfície expressam mudanças estruturais e não são mera decisão isolada de um governo. Em outras palavras, os governos petistas

também deram sua contribuição para o avanço do neoliberalismo sobre os direitos da maioria da população. Bem como, antes deles, os governos FHC, Itamar e Collor.

Esta afirmação é uma conclusão, mas também um ponto de partida. Por isso é essencial colocá-la no começo do balanço que agora iniciamos propriamente.



## Trabalho *formal*

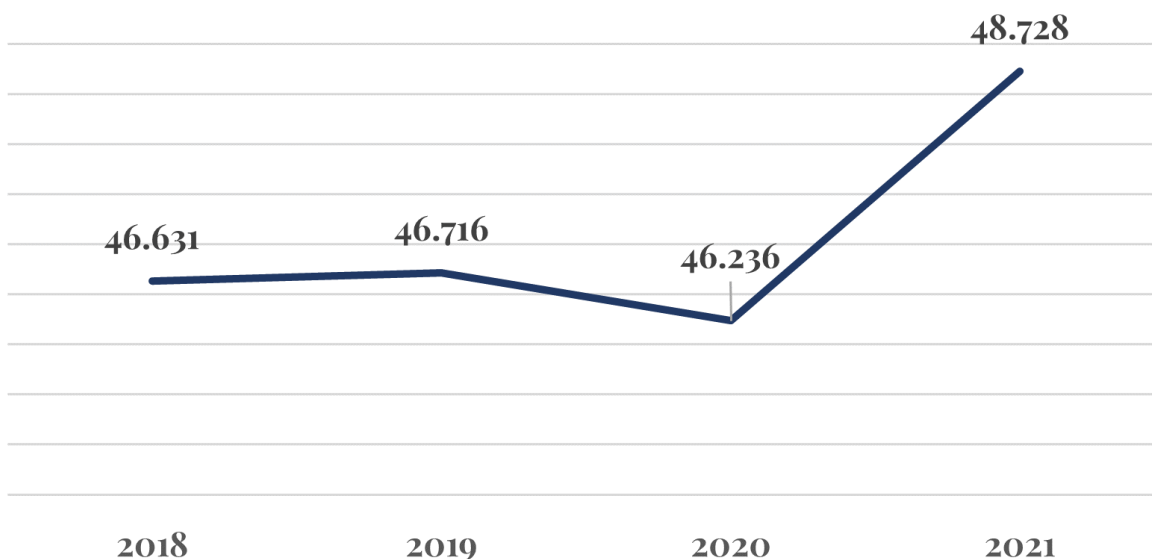
A equipe econômica e Bolsonaro nunca esconderam que viam o trabalhador brasileiro como um privilegiado.

“Tudo o que é demais atrapalha. É tanto direito que os patrões, os empreendedores, contratam o mínimo possível e pagam o mínimo possível”, disse o presidente, arrematando com

a frase que ficou famosa: seria preciso escolher entre “menos direitos e mais emprego ou todos os direitos e o desemprego”<sup>1</sup>.

Comparando a evolução do emprego com carteira assinada a partir dos dados disponíveis, identificamos a seguinte realidade:

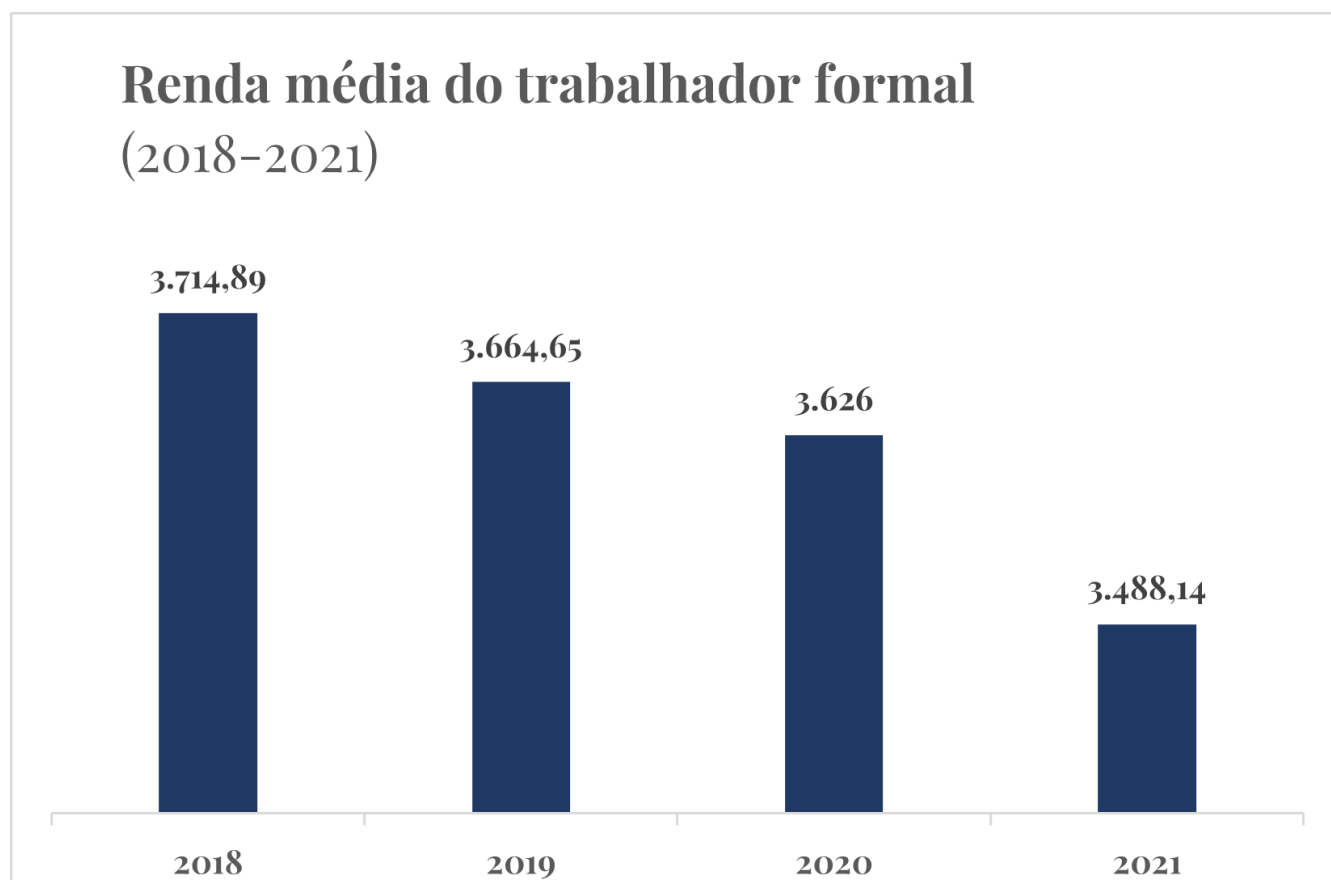
### Trabalhadores formais no Brasil (2018-2021)



Fonte: PNAD IBGE (Elaboração ILAESE)

<sup>1</sup> <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-diz-que-no-brasil-ha-direitos-trabalhistas-demais-29062022>

As vagas formais (com carteira assinada) cresceram entre 2018 e 2021. Embora os dados de 2022 ainda não estejam fechados, a tendência deve se manter. Ao mesmo tempo, verificou-se uma tendência de queda na renda média desses trabalhadores.

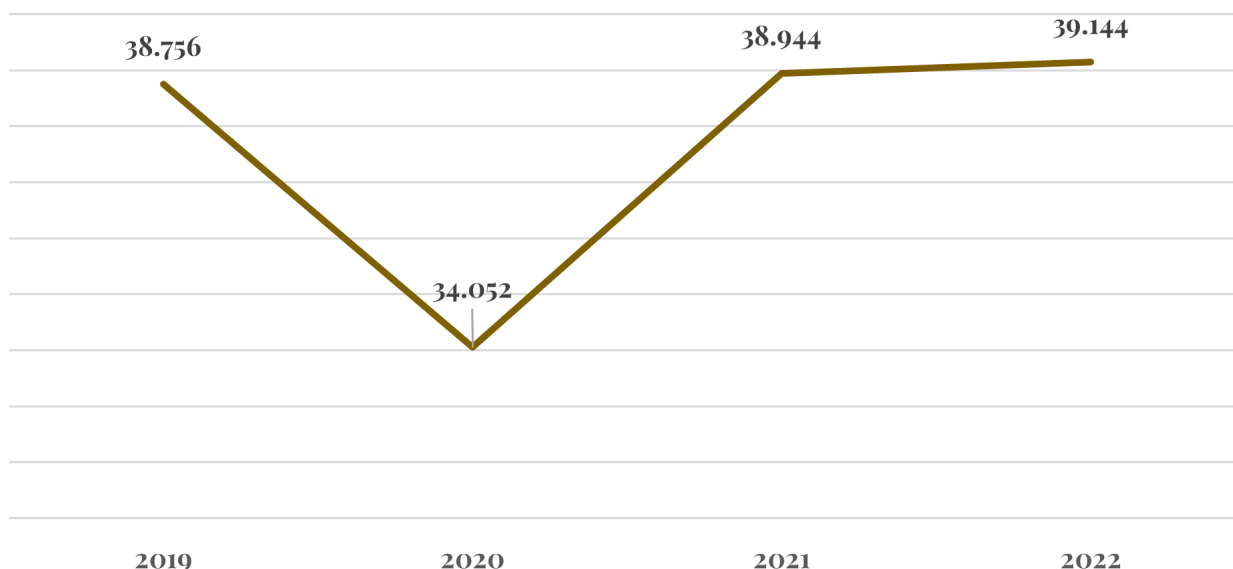


Fonte: RAIS (Elaboração ILAESE)

Poderíamos supor que a pandemia se apresenta como uma variável dessa conta, ajudando na queda da renda da classe trabalhadora. No entanto, mesmo com a melhora no número de mortes e contaminação da Covid-19, a queda não se reverteu. Cresceu a quantidade de empregos formais em mais de 2,4 milhões, enquanto a renda média caiu em R\$137,86 no período entre 2018 e 2022.

A informalidade também cresceu. O gráfico abaixo mostra a variação entre 2019 e 2022 (3º trimestre):

## Trabalhadores Informais no Brasil (2019-2022)



Fonte: PNAD IBGE (Elaboração ILAESE)

A quantidade de trabalhadores informais bateu recorde em 2022, cerca de 39,14 milhões. Sem carteira de trabalho assinada no setor privado, em 2022, foram 13,21 milhões e mais 4,4 milhões de empregados domésticos, somando um total de 17,61 milhões.

É bom salientar que de um total de 5,88 milhões de empregados domésticos no país, os 4,4 milhões sem carteira assinada representam 74,8% do total desses empregados. Na verdade, majoritariamente temos mulheres negras empregadas nessa categoria.

Durante a pandemia, ferramentas

como Uber Eats, iFood e Rappi atraíram os trabalhadores e se apresentaram como uma alternativa de sobrevivência. A viabilidade de trabalhar nesses serviços permitiu encontrar uma solução temporária à falta de emprego, ainda que as relações trabalhistas não sejam respaldadas por proteção ao trabalho.

De acordo com estudo de Marcelo Manzano e André Krein, a partir da PNAD 2019, desde 2012 o crescimento desse contingente foi contínuo. Mas o salto entre 2019 e 2020 é inegável, especialmente entre os condutores de motocicleta<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Citado no estudo do ILAESE “Os Impactos da Reforma Trabalhista de 2017 na Estrutura Sindical Brasileira”.

Se no início a falta de regulamentação do trabalho apareceu como uma liberdade para trabalhadores em categorias novas, como a dos entregadores de aplicativos, a realidade mostrou-se longe da aparência. Com baixos rendimentos e falta de assistência, esses indivíduos passaram a se reconhecer enquanto trabalhadores e não mais como empreendedores. Perceberam que a luta coletiva era o caminho para que pudessem superar as debilidades e a precariedade.

Esse movimento traz consigo um conjunto de reflexões acerca do desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil e o papel que as organizações classistas de mais tradição têm. Em nosso país temos uma massa

de trabalhadores que não estão em empregos formais e conseqüentemente, não são representados pelo movimento sindical.

No entanto, a existência desse conjunto de pessoas é parte da pressão que os capitalistas podem fazer contra os trabalhadores formais. Como enfrentar a retirada de direitos se a grande maioria nem direitos tem?

O movimento dos trabalhadores tem uma tarefa: lutar para unir forças com essa massa de pessoas sem emprego ou subempregada. É uma forma fundamental de enfrentar, inclusive, os ataques contra o movimento sindical que vem dos governos e patrões. A força da classe trabalhadora encontra-se exatamente na sua união, em sua coletividade.



## Desemprego

O IBGE anunciou que o desemprego (3º Trimestre de 2022) foi de 8,7%, o mais baixo índice desde 2015. Esse valor é calculado pela relação entre a quantidade de desocupados (9,46 milhões) e pela quantidade de ocupados (108,729 milhões).

Esses “desocupados” são aqueles que procuram ou que procuraram emprego no mês anterior à pesquisa e não encontraram. Ou seja, se a pessoa estiver sem um emprego, mas não tiver tomado iniciativa de procurá-lo, não será contabilizada. Portanto, é um critério que não reflete toda a realidade do Brasil.

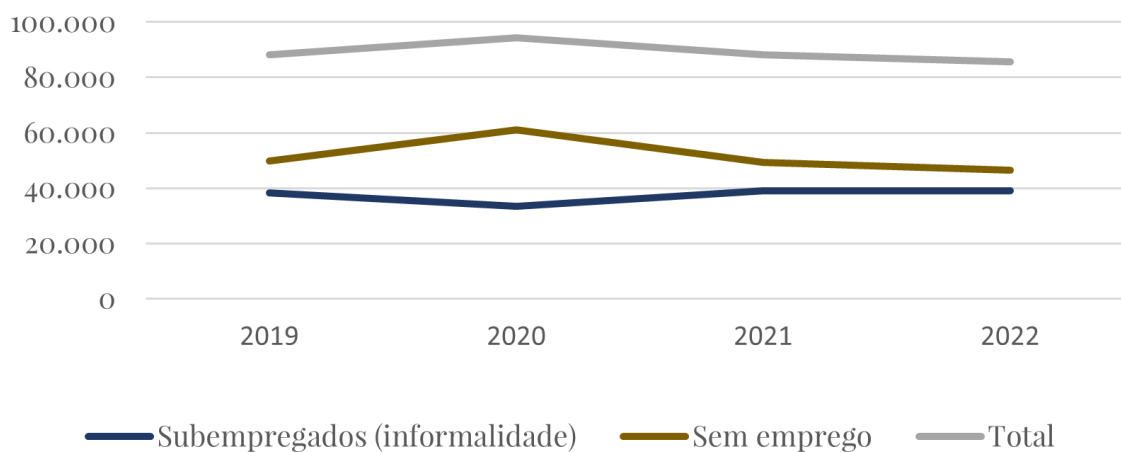
Para resolver essa questão e de fato desenhar um quadro completo da situação da classe trabalhadora em nosso país, o ILAESE busca trabalhar com um

conceito mais amplo para o desemprego. Tomamos, assim, o critério do exército industrial de reserva, somando todos que estão sem emprego, por qualquer motivo, e aqueles que estão subempregados, ou seja, que estão em uma função precária, sem direitos.

Damos o nome de exército industrial de reserva a esse conjunto porque são pessoas que facilmente largariam sua ocupação precária ou a falta dela por um emprego formal, mesmo que esse se apresentasse sem todos os direitos trabalhistas. E é com isso que os capitalistas e os governos contam para aumentar ainda mais a exploração.

Observemos como vem evoluindo a quantidade de pessoas no exército industrial de reserva:

### Exército Industrial de Reserva - Brasil (2019-2022)



Podemos afirmar que o Brasil é um país do trabalho precário e da falta de emprego formal. Com isso vemos que temos um contingente de cerca de 85,7 milhões de pessoas compondo o exército industrial de reserva que são utilizados de acordo com os interesses capitalistas. Em 2022, houve a redução do total devido à queda nos classificados como sem emprego, mas continuou crescendo o número de subempregados.





## **Pandemia não pode servir de *álibi* para Bolsonaro**

Mesmo diante dos fatos trazidos, o leitor pode se perguntar se toda essa situação não foi fruto da pandemia. De fato, o governo Jair Bolsonaro usa até hoje o argumento de que a piora na vida da população se deveu às medidas de isolamento social. Isso é falso, mas é importante entender por quê.

Com o fechamento do comércio sem auxílio aos pequenos comerciantes, com a paralisação de algumas atividades por um determinado período e ao mesmo tempo a permanência de atividades que foram consideradas essenciais e que resultaram na morte de milhares de pessoas, os números do desemprego e da fome aumentaram.

No entanto, já entramos na pandemia necessitando de amparo, com as ferramentas públicas mais frágeis do que possuíamos no período anterior; com a flexibilização das relações de trabalho, nas quais o negociado vale mais que o legislado e, com isso, com muito mais facilidade para demissões. Enfim, com um governo que havia acabado de implementar a MP

da Carteira Verde Amarela, pressionando para que virasse Lei.

Frente a tal realidade, fica nítido porque houve mais de 100 milhões de pedidos de auxílio-emergencial. Também percebemos como foi insuficiente o número de auxílios concedidos pelo governo para conter a fome e a miséria.

Se houve um grande movimento de ataque aos trabalhadores, através das medidas provisórias que viabilizaram a suspensão do trabalho com uma contrapartida governamental, o que foi feito dos trabalhadores que não tinham um vínculo formal de trabalho? Com o grande ataque prévio ao trabalho formal, cujo símbolo maior foi a Reforma Trabalhista de 2017, foi preciso apenas não fazer nada.

Por fim, vale lembrar que entre as políticas que geram prejuízos à população está a PEC 32, o equivalente da reforma trabalhista para o setor público. Um de seus objetivos é acabar com a estabilidade da maioria dos servidores e multiplicar vínculos precários no serviço público.

## Conclusão

Este balanço não estaria completo sem retomarmos brevemente uma avaliação desenvolvida no Contracorrente nº 95 de outubro. Ali, o pesquisador Nazareno Godeiro apontou:

*“...Bolsonaro não é um acidente histórico, [...] se trata de uma necessidade urgente do capitalismo brasileiro em decomposição, [...] de um instrumento cego da classe dominante brasileira para destruir o país a serviço da pilhagem colonial, que está preparando uma guerra civil contra a classe trabalhadora, especialmente seu setor mais explorado e oprimido, negros e negras da periferia”<sup>3</sup>.*

Nesse sentido preciso é que afirmamos que a derrota eleitoral não significa o fim do bolsonarismo, muito menos do processo estrutural do qual foi a expressão por quatro anos. As diversas políticas de retirada de direitos populares, de um lado, e de favorecimento da burguesia, de outro, foram a contribuição da extrema-direita à recolonização do Brasil.

A “necessidade urgente” por trás disso segue viva. Derrotar esta tendência de aniquilação das condições de vida da classe trabalhadora requer uma ação decidida dos principais prejudicados nessa história.

---

<sup>3</sup> [Boletim Contracorrente, nº 95, outubro de 2022.](#)



## EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- [ilaese@ilaese.org.br](mailto:ilaese@ilaese.org.br) - [www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br). CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.